

**CONSELHO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DO ENSINO  
SUPERIOR**

Comissão de Avaliação Externa dos cursos de Ciência Política e Relações  
Internacionais

**UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA**

**Licenciatura em Ciência Política**

**- Relatório -**

**2º CILCO/ANO 4**

**Índice**

	Página
<b>1. Introdução</b>	
1.1. Constituição da Comissão	3
1.2. Método de Trabalho	3
1.3. Termos de referência das Visitas Institucionais	3
<b>2. Enquadramento Institucional</b>	<b>4</b>
2.1. Enquadramento do Curso no Sistema de Ensino Superior	4
2.2. Inserção do Curso na Universidade	4
<b>3. Programa de Ensino</b>	<b>6</b>
3.1. Objectivos, Organização e Conteúdos do Curso	6
3.2. Métodos de Avaliação	7
<b>4. Comunidade Académica</b>	<b>7</b>
4.1. Requisitos de Acesso	8
4.2. Carga Horária e Horários	8
4.3. Sucesso de Aprendizagem	8
4.4. Saídas Profissionais e Dispositivos de Inserção na Vida Activa	9
<b>5. Meios Humanos</b>	<b>9</b>
5.1. Corpo Docente	9
<b>6. Estruturas</b>	<b>9</b>
6.1. Financiamento	9
6.2. Infra-estruturas físicas	10
<b>7. Gestão da Qualidade</b>	<b>11</b>
7.1. Controlo Interno da Qualidade	11
7.2. Relacionamento do Ensino com a Investigação	11
<b>8. Relações Externas</b>	<b>12</b>
8.1. Contactos com a Indústria, Serviços e outras Instituições	12
8.2. Programa Europeu Socrates / Erasmus e Internacionalização	12
<b>9. Classificações</b>	<b>13</b>

<b>1. Introdução</b>
----------------------

**1.1. Constituição da Comissão**

- **Prof. José Esteves Pereira**, Professor Catedrático da Universidade Nova de Lisboa, Presidente da CAE;
- **Prof<sup>a</sup>. Raquel Soeiro de Brito**, Professora Catedrática Jubilada da Universidade Nova de Lisboa;
- **Prof. Rafael Caldach Cervera**, Professor Catedrático da Universidade Complutense;
- **Prof. Paulo Motta**, Professor Titular, Fundação Getúlio Vargas (Brasil);
- **Dr.<sup>a</sup> Andrea Valente**, secretária da CAE

**1.2. Método de trabalho**

A CAE de CP/RI aprovou em plenário de Comissão os termos de referência, que adiante se indicam e que foram comunicados atempadamente à instituição

A subcomissão considerou, numa apreciação prévia, bem organizado o Relatório de Auto-Avaliação da Licenciatura em Ciência Política da Universidade Lusíada, decidindo comprovar alguns dados fornecidos na visita institucional.

A visita institucional teve lugar no dia 25 de Março de 2004, tendo-se cumprido na íntegra o programa acordado com a instituição. Nas reuniões efectuadas com a comunidade académica no decurso da visita tomou-se em linha de conta, entretanto, os termos de referência.

**1.3. Termos de referência das visitas institucionais**

Não obstante a aplicação das Normas Orientadoras definidas no Guião de Avaliação Externa, foi deliberado ter em conta o seguinte:

1. O processo avaliativo deve orientar-se para a verificação e promoção da qualidade do ensino ministrado, a qual consiste na eficácia do ensino para a obtenção dos objectivos definidos pelos Cursos.

2. Considera-se como factor determinante para a obtenção dos objectivos considerados a investigação associada ao ensino/aprendizagem.
3. Existência da cooperação interdisciplinar ao nível da instituição e mobilidade docente.
4. Parâmetros precisos de avaliação escolar.
5. Consulta da produção científica dos docentes do Curso.
6. Medidas tomadas pela Instituição relativamente à progressão científico-pedagógica e progressão dos docentes.
7. Audição dos cursos relativamente ao processo de Bolonha.
8. Dispositivos de apoio à inserção dos diplomados na vida activa.

## **2. Enquadramento institucional**

### **2.1. Enquadramento do curso no Sistema de Ensino Superior**

O curso de licenciatura em Ciência Política da Universidade Lusíada iniciou o seu funcionamento no ano lectivo de 1995/96 na sequência da autorização concedida à Universidade Lusíada para esse efeito, através da Portaria nº 1251/95, de 19 de Outubro, reconhecendo-se desde logo o grau de licenciado pela conclusão do curso.

A criação do curso de licenciatura em Ciência Política corresponde, por um lado, à disponibilidade de docentes com formação nesta área do saber e, por outro, a uma mudança de atitude face ao ensino da Ciência Política que até meados da década de 80 padecia de uma incompreensível indiferença

### **2.2. Inserção do curso na Universidade**

A licenciatura em Ciência Política está institucionalmente enquadrada no Departamento de Relações Internacionais / Ciência Política da Universidade Lusíada de Lisboa.

De acordo com o Estatuto da Universidade Lusíada, são os seguintes os órgãos da Universidade Lusíada:

- **Órgão Singular:**
  - O Reitor
- **Órgãos Colegiais:**
  - O Conselho Superior
  - O Conselho Directivo
  - O Conselho Pedagógico e Científico Coordenador
  - Os Conselhos Pedagógicos
  - Os Conselhos Científicos
  - Os Conselhos Escolares Departamentais
  - Os Conselhos Disciplinares
  - Os Conselhos Sociais

Destes órgãos, interessa realçar em particular:

- O Director do Departamento (nomeado pela entidade instituidora, sob proposta do Reitor, compete-lhe assegurar, pelos meios que tiver por convenientes, a elevada qualidade de ensino do Departamento)
- O Subdirector do Departamento
- O Secretário do Departamento
- O Conselho Escolar do Departamento (constituído pelo Director do Departamento, pelos professores das várias categorias em serviço no Departamento, pelos docentes com regência de disciplinas nos cursos do Departamento, por cinco representantes dos docentes do Departamento sem regência designados pela Direcção do Departamento, e por um representante dos alunos por cada ano do curso ou cursos do Departamento, eleitos pelos respectivos alunos).

Dada a multidisciplinaridade de assuntos e matérias leccionadas, a licenciatura em Ciência Política utiliza docentes de outros Departamentos da Universidade Lusíada, nomeadamente do Departamento de Direito, de Economia e de História.

Existem algumas disciplinas cujo ensino é ministrado simultaneamente com a licenciatura em Relações Internacionais, quando se trate de matérias com carácter comum.

Para além desta ligação / interacção entre Departamentos, verifica-se ainda uma articulação com o Instituto Lusíada de Pós-Graduações.

### 3. Programa de ensino

#### 3.1. Objectivos, organização e conteúdos do Curso.

Este curso, bem estruturado científica e pedagogicamente, foi iniciado em 1996 e reestruturado com autorização do Ministério da tutela, em 2000. Os primeiros licenciados saíram no presente ano lectivo de 2003/4. A finalidade do Curso é a de formar profissionais com uma forte preparação nas disciplinas de base como suporte para um desenvolvimento curricular de matérias mais específicas. É um curso de banda larga, dotado de um conjunto de disciplinas obrigatórias e de opção, orientado para duas grandes áreas de especialidades: *Ramo de Política Comparada* e *Ramo de Administração Pública*. Pretende-se um curso que disponibilize solidez teórica a par de uma boa componente prática

Além de docentes próprios e leccionação, em simultâneo, com algumas disciplinas da Licenciatura de Relações Internacionais, recorre a docentes dos Departamentos de Direito, Economia e História.

O principal problema com que este Curso se debate, à partida, é da sua efectiva viabilidade atendendo à crescente falta de alunos. É um Curso certamente deficitário do ponto de vista financeiro, suportado pela instituição com recursos provenientes dos Cursos que se encontram em melhores condições.

De facto, verificámos que o total de alunos é de 33. A da manutenção do Curso só é mesmo possível com uma economia de escala através do funcionamento em tronco comum dos dois primeiros anos e a utilização partilhada de recursos docentes da Licenciatura de Relações Internacionais que, embora igualmente em decréscimo, tem ainda procura.

Mas, perante o facto de nas 33 cadeiras mais de 20% não terem alunos, 20% de 1 a 5 alunos e nas restantes 60% o número máximo atingir apenas 13, qual a solução?

Importará referir, uma vez mais, a qualidade da estruturação do Curso e dos docentes envolvidos pelo que não deveria perder-se a formação no âmbito da Ciência Política que a Universidade Lusíada oferece. Não seria vantajoso, em vez de uma eventual extinção da licenciatura, a sua integração, sem desfiguração, na Licenciatura de Relações Internacionais, como área opcional?

O Curso está estruturado em 4 anos (com disciplinas anuais e semestrais). A partir 3º ano do Curso os alunos optam por um dos Ramos opcionais oferecidos já referidos: *Política Comparada* ou *Administração Pública*.

Com o novo plano de estudos de 2000, o horário semanal foi reduzido para aumentar o tempo de estudo e para proporcionar melhor utilização dos recursos informáticos. Privilegiou-se, também, a criação de mais cadeiras de opção. Qualquer das cadeiras pode ser teórica, teórica com prática ou teórico prática.

Atendendo à tendência europeia, generalizada, para a semestralização deste tipo de cursos, que virá a ser estritamente necessária para a harmonização do ensino superior europeu no âmbito do ECTS (European Credit Transfer System) e da desejável mobilidade discente, impõe-se não descuidar as medidas a tomar neste âmbito, tanto mais que deparamos com particular sensibilidade e capacidade de resposta para este desafio, a nível dos responsáveis pela gestão do Curso.

### **3.2. Métodos de Avaliação**

A avaliação é escrita e oral, dando-se especial atenção à última modalidade.

## **4. Comunidade Académica**

Como já tivemos oportunidade de assinalar no início deste Relatório, o número de alunos é baixíssimo.

No ano lectivo de 2002/3 entraram apenas 10 alunos para 40 vagas. Esta tendência negativa corresponde a um processo de diminuição de procura crescente. A quebra mais acentuada verificou-se do ano de 1999/2000 para o ano lectivo seguinte com 22 ingressos para 50 vagas e 37 candidatos. No ano seguinte podem verificar-se 11 admissões em 40 vagas e 22 candidatos.

Este decréscimo do número de entradas parece explicado por um conjunto vário de factores como seja a diminuição da população escolar, o aumento de vagas nas universidades estatais, e a diminuição de admissões na função pública.

De referir, também, que a média etária dos alunos é bastante elevada. Quase dois terços dos 43 alunos inscritos que frequentaram o ano lectivo de 2002/3 tinham mais de 22 anos, idade mais adequada para conclusão do Curso.

Além disso importa referir que, tratando-se de uma Universidade privada, vive das propinas dos seus alunos provenientes, na sua maioria, da classe média e média baixa. É essa situação que motiva a instituição a tentar suprir as dificuldades de prosseguimento de estudos mediante a atribuição de bolsas.

Importa também melhorar o apoio a estágios, embora não sejam curriculares. A UNIVA, Unidade de inserção na Vida Activa deverá continuar a ter um papel importante na dinamização da procura de Estágios e respectivo acompanhamento.

#### **4.2. Requisitos de acesso**

Conclusão do ensino secundário ou equivalente e uma prova de ingresso a escolher entre História, Sociologia, Português e Geografia, com obtenção de classificação mínima (média ponderada entre a classificação final do ensino secundário (65%) e por aquela disciplina de ingresso (35%).

#### **4.3. Carga horária e horários**

Os horários estão repartidos por três grupos: de manhã, entre as 9 e as 13h com horário pós-laboral e entre as 19 e as 23h mas, só a partir do 2º ano. Aos sábados, há aulas das 8 às 13h, dando, assim, possibilidade aos alunos-trabalhadores de seguirem o curso mais convenientemente.

#### **4.4. Sucesso da aprendizagem**

Um aspecto mais a considerar, relativamente às condições pouco propícias para o prosseguimento autónomo desta licenciatura, é o facto de o menor número de alunos do terceiro ano se ficar a dever à transferência voluntária de alunos do Curso de Ciência Política para o de Relações Internacionais. Para diminuir a taxa de retenção, sobretudo no segundo ano, tem sido reforçada a avaliação contínua e o apoio didáctico por parte dos docentes, medidas que importaria incentivar.



#### **4.5. Saídas profissionais e dispositivos de inserção na vida activa**

Não obstante a dificuldade de empregabilidade sentida em todas as instituições que se dedicam ao ensino de Ciência Política ou de Relações Internacionais deparamos aparentemente, pelo menos, com uma situação mais confortável na Universidade Lusíada embora a criação recente do Curso não nos permita avaliar bem a inserção profissional dos primeiros licenciados.

### **5. Meios Humanos**

#### **5.1. Corpo Docente**

São 28 os docentes que leccionam, integrando recursos próprios e docentes de outros Departamentos, a que já se fez referência, além da utilização partilhada de recursos docentes com o Cursos de Relações Internacionais.

Nove dos docentes são doutorados e dez são mestres.

Ao abrigo de um protocolo com a Université Catholique de Louvain, encontram-se naquela escola a fazer mestrado quatro assistentes e três docentes a preparar doutoramento.

### **6. Estruturas**

#### **6.1. Financiamento**

Apresentam-se os dados fornecidos pela instituição com inclusão de percentagens apuradas pela CAE:

**RECURSOS FINANCEIROS**  
ANO ECONÓMICO 2002

**Fontes de Financiamento:**

	Saldo do ano anterior		0,00
<b>Fundos públicos</b>			%
	OE	0,00	0
	PIDDAC	0,00	0
	PRODEP	0,00	0
	FEDER	0,00	0
	Diversos	88.240,58	0.55
	Subtotal	88.240,58	0.55
<b>Outros Fundos</b>			
	Propinas	15.019.645,44	94.1
	Serviços	284.484,51	1.78
	Diversos	568.760,08	3.68
	Subtotal	15.872.890,03	99.4
	<b>Total</b>	15.961.130,61	100.0

**Afectação de Verbas:**

<b>Ensino</b>			%
	Pessoal	11.651.513,86	68.3
	Equipamento	638.239,20	3.7
	Bibliografia	146.069,71	0.9
	Manutenção	164.791,71	1.0
	Diversos	4.390.597,16	25.8
	Subtotal	16.991.211,64	99.7
<b>Investigação</b>			
	Bolsas	57.613,19	0.3
	Projectos	0,00	0
	Diversos	0,00	0
	Subtotal	57.613,19	0.3
	<b>Total</b>	17.048.824,83	100

**6.2. Infra-estruturas físicas**

As instalações são boas e a universidade tem apoios técnicos modernos quer de tipo informático, quer multimédia. A Biblioteca, embora adaptada a uma antiga instalação criada, na origem, para o mesmo efeito é actualizada, está bem organizada e

é acolhedora. A Mediateca está muito bem organizada e actualizada com afectação significativa de recursos financeiros.

## **7. Gestão da Qualidade**

### **7.1. Controlo interno de qualidade**

Deve-se referir, antes de mais, a preocupação manifesta em actualizar a estrutura curricular e em acompanhar o Processo de Bolonha

O curso tem bons professores e uma coordenação idónea e eficaz, embora o controlo pedagógico - científico esteja a cargo de vários órgãos o que, em princípio, poderia ser um factor de menos eficácia. Mas tal não parece verificar-se. Todavia, a coordenação da Licenciatura em Relações Internacionais decorrente das medidas recentes a nível de toda instituição não podem ser suficientemente avaliadas de momento.

Os vários tipos de coordenação parecem-nos adequados atendendo aos objectivos elencados. O modo seguro e organizado como na visita institucional foi possível responder aos diferentes aspectos concernentes à avaliação são de molde a esperar que o mesmo se processe no tipo de coordenação horizontal, vertical ou mista que se vai iniciar. É um aspecto que se deve inscrever em sede de relatórios de progresso. O prolongamento natural da licenciatura em Ciência Política será, sem dúvida, um Mestrado na mesma área do conhecimento que efectivamente foi autorizado. Aberto em 2002/2003 não teve alunos que justificassem o seu funcionamento.

### **7.3. Relacionamento do ensino com a investigação**

Não estando, entretanto, reunidos, os requisitos indispensáveis para a concessão de autorização de Doutoramento em Ciência Política na Universidade Lusíada, verifica-se a inevitável deslocação de vários docentes para instituições universitárias portuguesas e estrangeiras a fim de aí realizarem os estudos para obtenção do grau de Doutor.

A investigação conducente ao doutoramento e os reflexos desta na docência passam, pelo menos neste aspecto específico, à margem da escola. O investimento

docente próprio em investigação, pré e pós-doutoramento, não se descortina a nível institucional, embora nos pareça que ele possa ser desenvolvido em articulação com a área de Relações Internacionais, onde parece haver melhores condições e vontade para a institucionalização futura de um centro de pesquisa.

Com algumas publicações especializadas e a selecção de alguns trabalhos produzidos por alunos, de que não se discute a efectiva qualidade, assiste-se a um baixo índice de produção científica nesta área que os próprios responsáveis pela auto-avaliação vêm a admitir nas páginas do Relatório elaborado.

## **8. Relações Externas**

### **8.1. Contactos com a indústria, serviços e outras instituições.**

Tem havido a preocupação de estabelecer ligações privilegiadas com várias instituições através de protocolos e parcerias, nomeadamente para viabilizar o intercâmbio de docentes, o desenvolvimento de cooperação e viabilização de empregos para os licenciados.

No âmbito da Universidade Lusíada o Curso pode usufruir dos vastíssimos acordos existentes com Universidades Estrangeiras. No caso específico da área de Ciência Política, apenas é relevante a colaboração activa com a Université Catholique de Louvain.

### **8.2. Programa Europeu Socrates / Erasmus e internacionalização.**

O número de alunos estrangeiros que procuram o Curso ao abrigo do Programa Socrates/ Erasmus é significativo, atendendo ao número diminuto de alunos, parecendo-nos muito fidelizada essa procura, com uma média que se aproxima dos 9 alunos por ano. Mas, em contrapartida, é muito baixa a saída de estudantes do Curso para Universidades europeias. Para tal desmotivação, que se verifica igualmente em outras instituições, podem contribuir, por certo, as condições crescentemente desfavoráveis, quer do número, quer dos valores pecuniários das bolsas do Programa comunitário, matéria sobre a qual importa alertar as instâncias governamentais.

O grau de internacionalização do Curso pode, em resumo, considerar-se muito baixo, quer em termos de mobilidade discente do Curso, quer docente.

## 9. Classificações

	<b>Campos de Apreciação</b>	<b>Classificação*</b>
1.	Organização Institucional	C
2.	Objectivos do Curso	B
3.	Plano de estudos	C
4.	Conteúdos Programáticos	C
5.	Alunos (procura/ sucesso escolar)	E
6.	Processo Pedagógico	C
7.	Corpo Docente	C
8.	Pessoal não Docente	C
9.	Instalações e Equipamentos	C
10.	Recursos Financeiros	D
11.	Relações Externas e Internacionalização	D
12.	Ambiente Académico	C
13.	Gestão da Qualidade	C
14.	Empregabilidade	E

\* Os níveis de classificação, por cada um dos campos de apreciação, foram estabelecidos nos seguintes termos:

**A** – Excelente

**B** – Muito Bom

**C** – Bom

**D** – Suficiente

**E** – Insuficiente